



Banco BS2 S.A.

***Demonstrações financeiras individuais
30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

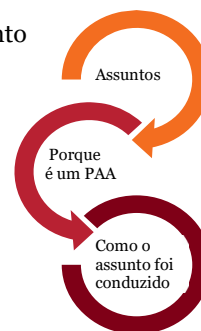
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BS2 S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(g) e 8)

Conforme divulgado nas notas 3(g) e 8, o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco das operações, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes sobre (i) integridade da base de dados de operações de crédito; (ii) conciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos; (iii) aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; (iv) aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da provisão com as normas do Banco Central do Brasil; e (v) a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.

Reconhecimento do crédito tributário (Notas 3(l) e 11)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido.

Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários elaborado pela administração

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas críticas utilizadas pelo Banco com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos com as referidas projeções e a análise de aderência frente a Resolução CMN nº 4.842/20.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas

Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA

consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

demonstrações financeiras.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 3(g) e 8(a))

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, estados e municípios.

O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.

Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, registro e divulgação desses títulos.

Adicionalmente, realizamos testes quanto a valorização de determinadas operações, que considerou: (i) reunião com os especialistas da administração para entendimento das principais premissas e metodologias adotadas; (ii) análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os realizados; e (iii) análise da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia de informação

O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio.

Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de tecnologia da informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à acesso lógico, de segregação de funções, gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, processamento de rotinas *batch*, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os principais controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.

Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resultado desses procedimentos de auditoria consideramos que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Banco BS2 S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

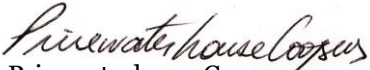
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Banco BS2 S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1



ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Relatório da Administração	9
Balanco patrimonial	10
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16
1 Contexto operacional.....	16
2 Apresentação das demonstrações financeiras	16
3 Resumo das principais políticas contábeis	17
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	22
5 Aplicações em depósitos interfinanceiros	22
6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	23
7 Relações interfinanceiras	25
8 Carteira de crédito	26
9 Outros ativos financeiros	29
10 Outros ativos	29
11 Ativos fiscais correntes e diferidos	29
12 Investimentos em participações em coligadas e controladas	31
13 Imobilizado	34
14 Intangível	34
15 Depósitos.....	35
16 Recursos de aceites e emissão de títulos.....	35
17 Letras financeiras subordinadas	36
18 Outros passivos financeiros	37
19 Provisões	37
20 Patrimônio líquido.....	38
21 Resultado da carteira de crédito	40
22 Resultado com aplicações interfinanceiras.....	40
23 Resultado com títulos e valores mobiliários.....	40
24 Despesas com operações de captação no mercado	40
25 Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias	41
26 Despesa de pessoal.....	41
27 Outras despesas administrativas	41
28 Despesas tributárias.....	42
29 Outras receitas e despesas operacionais	42
30 Imposto de renda e contribuição social	42
31 Partes relacionadas.....	43
32 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN N° 4.193/13.....	44
33 Gerenciamento de risco	46
34 Outras informações	48
Relatório do Comitê de Auditoria	53

Relatório da Administração

Prezados (as) Acionistas e Clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. (Banco), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

O Banco BS2 é um banco digital para as empresas brasileiras que possui soluções completas para atender Pequenas e Médias Empresas com foco em produtos de crédito, câmbio, *cash management* e seguros.

Desde 2021, o BS2 iniciou seu reposicionamento estratégico com o objetivo de se tornar o banco das empresas, transformando a experiência financeira com simplicidade e transparência. Acreditamos que a nossa plataforma digital acessível e a ampla variedade de produtos nos coloca em posição de destaque para atender ao público das PME's, que ainda não encontram instituições que atendam sua demanda por serviços financeiros completos.

Em que pese o complexo cenário macroeconômico com a alta da inflação, o aumento das taxas de juros e as tensões geopolíticas, obtivemos bons resultados no primeiro semestre de 2022, demonstrando que estamos no caminho certo rumo ao nosso objetivo.

Atingimos uma Carteira de Crédito de R\$ 1 bilhão no semestre encerrado em 30 de junho de 2022, um crescimento de 17% em relação a 31 de dezembro de 2021, fruto da execução da nossa estratégia para alavancar as operações com clientes do segmento de *Middle Market*.

Foram transacionados R\$ 25,9 bilhões no primeiro semestre de 2022 em produtos de *Cash Management*, representando uma evolução de 14% em relação ao primeiro semestre de 2021. Este forte crescimento está ancorado na oferta dos produtos através de API's, que permitem aos nossos clientes automatizarem e escalarem suas operações financeiras de PIX, Boletos e TED's.

Nas operações de Câmbio, atingimos o volume de R\$ 14,3 bilhões, crescimento de 46% em relação ao primeiro semestre de 2021, reforçando nosso constante crescimento neste mercado através de equipe altamente qualificada e da nossa conta internacional em dólar.

Para complementar nossa oferta, no primeiro semestre de 2022 criamos uma seguradora própria voltada para o segmento PJ. Fundada em parceria com o grupo sul-africano Traficc, a BS2 Seguros vai atuar no mercado B2B2C nos ramos de Vida e Elementares e pretende ganhar mercado rapidamente por meio da oferta de soluções ágeis e personalizadas, especialmente para o público das PME's.

Estes resultados decorrem da efetividade da execução das nossas estratégias de acesso aos clientes target, através (i) do investimento em força comercial própria para os clientes PJ *Middle* e (ii) das parcerias estratégicas com grandes companhias, o que nos permite ganhar escala no segmento de pequenas empresas com eficiência e assertividade.

Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pela confiança e parceria.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2022.

A Administração.



Banco BS2 S.A.
Balanco patrimonial
Em 30 de junho de 2022
Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	827.526	314.692
Disponibilidades		195.528	144.701
Aplicações interfinanceiras de liquidez		631.998	169.991
Instrumentos financeiros		3.837.921	4.717.277
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	36.692	34.373
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	6	1.564.203	1.529.160
Relações interfinanceiras	7	1.004.459	2.153.848
Carteira de crédito	8	1.002.062	855.386
Operações de crédito		636.776	532.143
Outros créditos com características de concessão de crédito		379.010	338.637
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(13.724)	(15.394)
Outros ativos financeiros	9	230.505	144.510
Outros ativos	10	38.673	35.256
Ativos fiscais correntes e diferidos		197.784	187.262
Ativos fiscais correntes	11(a)	54.842	51.598
Ativos fiscais diferidos	11(b)	142.942	135.664
Investimentos		213.454	188.406
Investimentos em participações em coligadas e controladas	12	210.992	185.944
Outros investimentos		2.462	2.462
Imobilizado	13	20.130	22.514
Imobilizado de uso		37.581	37.688
(Depreciação acumulada)		(17.451)	(15.174)
Intangível	14	27.447	16.175
Ativos intangíveis		61.723	47.400
(Amortização acumulada)		(34.276)	(31.225)
Total do ativo		5.162.935	5.481.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A.
Balço patrimonial
Em 30 de junho de 2022
Valores expressos em milhares de reais

Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		4.496.230	4.827.541
Depósitos	15	3.614.993	4.076.419
Depósitos à vista		1.039.548	846.242
Depósitos interfinanceiros		141.150	165.071
Depósitos a prazo		2.423.171	3.053.307
Outros depósitos		11.124	11.799
Captações no mercado aberto		38.490	22.378
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	142.603	114.301
Relações interfinanceiras	7	10.236	7.940
Relações interdependências		191.892	195.968
Instrumentos financeiros derivativos	5(b)	192	177
Letras financeiras subordinadas	17	207.883	192.895
Outros passivos financeiros	18	289.941	217.463
Provisões	19	19.171	20.871
Obrigações fiscais correntes e diferidas		7.716	8.579
Obrigações fiscais correntes		7.480	8.241
Obrigações fiscais diferidas		236	338
Total do passivo		4.523.117	4.856.991
Patrimônio líquido		639.818	624.591
Capital social	20(a)	617.155	617.155
Reserva de capital		2.448	2.448
Reservas de lucros	20(b)	25.863	21.866
Outros resultados abrangentes		(23.508)	(16.878)
Lucros acumulados		17.860	
Total do passivo e patrimônio líquido		5.162.935	5.481.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A.
Demonstração do resultado

Em 30 de junho de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receitas da intermediação financeira		278.509	167.280
Resultado da carteira de crédito	21	85.191	56.113
Resultado com aplicações interfinanceiras	22	31.325	8.136
Resultado com títulos e valores mobiliários	23	78.967	22.560
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6(b)	(27.695)	3.815
Resultado com operações de câmbio		110.260	76.656
Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		461	
Despesas da intermediação financeira		(201.423)	(140.409)
Operações de captação no mercado	24	(201.074)	(135.370)
Operações empréstimos e repasses		(349)	(5.039)
Resultado da Intermediação Financeira		77.086	26.871
Resultado de créditos de liquidação duvidosa		(1.325)	173
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8(h)	(4.605)	(2.574)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	8(h)	3.280	2.747
Resultado bruto da intermediação financeira		75.761	27.044
Outras receitas (despesas) operacionais		(64.845)	(30.143)
Receitas de prestação de serviços	25	13.926	152.164
Rendas de tarifas bancárias	25	32.343	11.651
Despesas de pessoal	26	(41.193)	(34.755)
Outras despesas administrativas	27	(159.512)	(141.246)
Despesas tributárias	28	(15.216)	(13.483)
Resultado de participações em coligadas e controladas	12	13.699	18.802
Outras receitas operacionais	29	102.401	33.391
Outras despesas operacionais	29	(11.293)	(56.667)
Resultado operacional		10.916	(3.099)
Outras receitas e despesas	34(e)	11.710	34.850
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		22.626	31.751
Imposto de renda e contribuição social	30	1.957	(5.021)
Imposto de renda		57	(98)
Contribuição social		46	(78)
Ativo fiscal diferido		1.854	(4.845)
Participações no resultado		(6.723)	(2.677)
Resultado líquido dos semestres		17.860	24.053
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		158,93	220,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Em 30 de junho de 2022
Valores expressos em milhares de reais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado líquido dos semestres	17.860	24.053
Outros ajustes abrangentes	(6.630)	(7.993)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(12.043)	(14.282)
Variação cambial de dependência no exterior	(11)	(250)
Imposto de renda e contribuição social	5.424	6.539
Total do resultado abrangente	11.230	16.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de junho de 2022
Valores expressos em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Reservas de lucros</u>		<u>Outros resultado abrangentes</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
			<u>Legal</u>	<u>Estatutária</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	508.621	1.971	4.601	4.432	75		519.700
Ajustes de avaliação patrimonial					(7.993)		(7.993)
Aumento de capital	52.084						52.084
Remuneração baseada em ações		251					251
Resultado líquido						24.053	24.053
Saldo em 30 de junho de 2021	560.705	2.222	4.601	4.432	(7.918)	24.053	588.095
Saldo em 31 de dezembro de 2021	617.155	2.448	5.443	16.423	(16.878)		624.591
Ajustes de avaliação patrimonial					(6.630)		(6.630)
Resultado líquido						17.860	17.860
Retenção de dividendos				3.997			3.997
Saldo em 30 de junho de 2022	617.155	2.448	5.443	20.420	(23.508)	17.860	639.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Banco BS2 S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Em 30 de junho de 2022
Valores expressos em milhares de reais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Atividades operacionais		
Resultado líquido dos semestres	17.860	24.053
Ajustes ao resultado líquido	131.090	124.625
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4.605	2.574
Depreciação e amortização	5.626	8.151
Resultado de participações em coligadas e controladas	(13.699)	(18.802)
Ganhos e perdas de capital líquidas	(7.831)	276
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.957)	4.845
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(43.349)	(29.612)
Variação cambial de outros ativos e passivos	189.609	155.974
Pagamentos baseados em ações		137
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(1.914)	1.082
Resultado líquido ajustado	148.950	148.678
Variações de ativos e passivos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.319)	(1.995)
Títulos e valores mobiliários	(40.368)	(193.466)
Operações de crédito	(111.170)	(12.648)
Outros créditos	(177.685)	(123.120)
Outros valores e bens	(3.418)	597
Depósitos	(461.503)	749.723
Captações no mercado aberto	16.112	239
Recursos de aceites e emissões de títulos	28.302	(76.781)
Redução de obrigações por empréstimos e repasses	(1)	(4)
Relações interfinanceiras e interdependências	1.039.164	(128.170)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.286)	(57)
Outras obrigações	(52.066)	74.197
Resultado de exercícios futuros	(28.521)	(1.894)
Caixa gerado nas operações	354.191	435.299
Imposto de renda e contribuição social pagos		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	354.191	435.299
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos		(228)
Aquisição de imobilizado de uso	(625)	(917)
Alienação de imobilizado de uso	435	4.284
Aquisição de intangível	(14.332)	(1.617)
Alienação de intangível	9	3.505
Aquisição de participações societárias	(3.580)	(539)
Alienação de participações societárias	17	55
Aumento de capital em controladas e coligada		(17.010)
Dividendos recebidos	4.638	3.145
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(13.438)	(9.322)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital		52.084
Emissão de instrumento de dívida elegíveis à capital	128.732	2.141
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	128.732	54.225
Aumento de caixa e equivalente de caixa	469.485	480.202
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	314.692	812.309
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	43.349	29.612
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	827.526	1.322.123
Aumento de caixa e equivalente de caixa	469.485	480.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. (“Banco”) é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios, mercado de câmbio e de adquirência, atuando como credenciador na liquidação financeira de operações com cartões de débito e de crédito. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e o lançamento de letras financeiras subordinadas.

O Banco, controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Bonsucesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. (Banco), que inclui sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras a partir de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes, a apresentação da demonstração do resultado abrangente e a apresentação do balanço patrimonial por ordem de liquidez e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o BS2, junto ao mercado e o Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2022, já é objeto de avaliação e análise por parte do BS2 para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. O BS2 iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidos para adequação aos requerimentos da resolução.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, até o presente momento:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas;
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente;
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados;
Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do valor justo.
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer a adoção de estimativas por parte da Administração. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras, na reunião realizada em 22 de agosto de 2022.

3 Resumo das principais políticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior:

- Dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais;
- Dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e
- Das operações com finalidade de *hedge* de variação cambial de investimentos no exterior.

Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. A moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os saldos das demonstrações financeiras da dependência no exterior do Banco, moeda funcional, são convertidos para o Real utilizando a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil, como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base *pro rata*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.
- (ii) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na circular BACEN nº 3.082/02. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e
- Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(g) Operações de crédito, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, cessão de crédito e precatórios

- (i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma *pro rata* ao resultado.
- (ii) A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.
- (iii) A partir de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Resolução nº 3.533 de 31 de janeiro de 2008, o Banco passou a classificar as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:
- Nas operações classificadas como “transferência substancial dos riscos e benefícios” o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.
 - Nas operações classificadas na categoria “com retenção substancial de riscos e benefícios” o ativo financeiro deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo e os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida. As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

- (iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a respeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e performance de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 12.

Imobilizado de uso – Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535, de 24/11/2016, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obteria com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda.

Intangível – Conforme Resolução CMN nº 4.534, de 24/11/2016, correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada.

(j) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. Anualmente é feita uma avaliação para verificar a existência de *impairment*. Nos semestres de 2022 e 2021 não foram identificados indícios de *impairment*.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 15% para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2021 e 31 de dezembro de 2022 da Medida Provisória 1.115/2022. No segundo semestre de 2021, a alíquota da CSLL foi majorada em 5%, passando de 20% para 25% no período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

(o) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente o resultado que:

- Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota 34(e).

(p) Informações da dependência no exterior

A dependência do Banco em Cayman Island é licenciada pela lei de bancos e companhias fiduciárias, devidamente registrada. A dependência está devidamente autorizada a executar negócios bancários e atua, substancialmente, na captação de depósitos à vista por remessas de clientes brasileiros que, por sua vez, podem utilizar seus depósitos por meio de cartão de débito internacional.

A posição financeira resumida da dependência no exterior, convertida à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluída nas demonstrações financeiras é demonstrada abaixo (sem eliminação das transações com ligadas):

	R\$		US\$	
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo	210.330	154.270	40.155	27.645
Caixa e equivalentes de caixa -				
Disponibilidades	106.110	57.099	20.258	10.232
Instrumentos financeiros	104.220	97.171	19.897	17.413
Carteira de crédito	103.055	95.493	19.675	17.112
Outros ativos financeiros	1.165	1.678	222	301
Passivo	210.330	154.270	40.155	27.645
Passivos financeiros	209.582	153.868	40.012	27.573
Depósitos à vista	201.174	145.546	38.407	26.081
Relações interdependências	4.588	3.803	876	682
Outros passivos financeiros	3.820	4.519	729	810
Patrimônio líquido	748	402	143	72
Resultado líquido dos períodos	358	(3.262)	71	(651)

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidade em moeda nacional	36.364	24.382
Disponibilidade em moeda estrangeira	159.164	120.319
Total de disponibilidades	195.528	144.701
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	631.998	169.991
Total	<u>827.526</u>	<u>314.692</u>

(*) Aplicações interfinanceiras de liquidez inclui apenas as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentam insignificante risco de valor e limites, conforme descrito na nota 3(c).

5 Aplicações em depósitos interfinanceiros

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CDI Banco ABC	36.692	34.373
Total	<u>36.692</u>	<u>34.373</u>
Circulante	36.692	
Não circulante		34.373

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro	747.954	763.387
Notas do Tesouro Nacional	205.565	220.113
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	38.974	43.814
Cotas de fundos de investimentos	120.110	94.321
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040
Vinculado a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	38.526	22.424
Vinculado a prestação de garantias		
Letras Financeiras do Tesouro	411.693	385.020
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)	(9.040)
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.562.822	1.529.079
Instrumentos financeiros derivativos		
Compras a termo a receber	1.381	
Vendas a termo a receber		81
Total	<u>1.564.203</u>	<u>1.529.160</u>
Circulante	576.838	872.559
Não circulante	987.365	656.601

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

Para a aplicação em ações de companhias fechadas, o saldo de provisão para perda em 30 de junho de 2022 é de R\$ 9.040 (R\$ 9.040 em 31/12/2021).

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Os títulos classificados como mantidos para negociação são apresentados no circulante, independentemente do vencimento.



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Classificação dos títulos e valores mobiliários

	30/06/2022							
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no:		Valor contábil	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
		Resultado	Patrimônio Líquido					
Títulos para negociação	583.631	867		584.498	129.150	14.727	411.584	29.037
Cotas de fundos de investimentos	120.110			120.110	120.110			
Ações de companhias fechadas	9.040			9.040	9.040			
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	38.497	477		38.974		11.152		27.822
Letras Financeiras do Tesouro	415.984	390		416.374		3.575	411.584	1.215
Títulos disponíveis para venda	1.031.063		(43.699)	987.364			302.799	684.565
Notas do Tesouro Nacional	248.422		(42.857)	205.565				205.565
Letras Financeiras do Tesouro	782.641		(842)	781.799			302.799	479.000
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.614.694	867	(43.699)	1.571.862	129.150	14.727	714.383	713.602
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)			(9.040)	(9.040)			
Total de títulos e valores mobiliários	1.605.654	867	(43.699)	1.562.822	120.110	14.727	714.383	713.602
								31/12/2021
	Valor do custo amortizado	Ajuste a mercado refletido no:		Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
		Resultado	Patrimônio Líquido					
Títulos para negociação	880.619	899		881.518	103.361	337.914	409.033	31.210
Cotas de fundos de investimentos	94.321			94.321	94.321			
Ações de companhias fechadas	9.040			9.040	9.040			
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	43.096	718		43.814			12.604	31.210
Letras Financeiras do Tesouro	734.162	181		734.343		337.914	396.429	
Títulos disponíveis para venda	688.257	(1.080)	(30.576)	656.601				656.601
Notas do Tesouro Nacional	250.689		(30.576)	220.113				220.113
Letras Financeiras do Tesouro (*)	437.568	(1.080)		436.488				436.488
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.568.876	(181)	(30.576)	1.538.119	103.361	337.914	409.033	687.811
Provisão para perdas e desvalorização de títulos	(9.040)			(9.040)	(9.040)			
Total de títulos e valores mobiliários	1.559.836	(181)	(30.576)	1.529.079	94.321	337.914	409.033	687.811

(*) Em 31 de dezembro de 2021 parte dos títulos públicos federais foram reclassificados da categoria “títulos para negociação” para a categoria “títulos disponíveis para venda” no montante de R\$ 436.488. Não houve efeito no resultado.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco e Consolidado efetuam operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 30 de junho de 2022, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de futuros e termos, os quais estão registrados na B3 S.A..

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo		
Compras a termo a receber	1.381	
Vendas a termo a receber		81
Total a receber	1.381	81
Passivo		
Obrigações por compra a termo	12	177
Obrigações por venda a termo	180	
Total a pagar	192	177
Valor líquido	1.189	(96)

(i) Termo

Em 30 de junho de 2022, o Banco possuía posições de Obrigações por venda a termo – Passivo de moeda estrangeira de R\$ 180 (vendas a termos a receber – Ativo de R\$ 81 em 31/12/2021) com um valor de referência de R\$ 19.963 (R\$ 24.224 em 31/12/2021). Esses contratos são utilizados para mitigar a exposição ativa de moedas estrangeiras. Estas operações geraram um resultado líquido negativo de R\$ 3.415 (resultado líquido positivo de R\$ 369 em 30/06/2021).

(ii) Futuros

Em 30 de junho de 2022, o Banco realizou operações no mercado futuro para mitigar a exposição das operações de câmbio indexadas a moeda estrangeira. Estas operações geraram um resultado líquido negativo para o Banco de R\$ 24.280 (resultado líquido positivo de R\$ 3.446 em 30/06/2021).

7 Relações interfinanceiras

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo		
Transações de pagamento (*)	883.619	2.085.856
Outros Sistemas de Liquidação	32.847	
Depósitos Banco Central - Reservas Compulsórias	12.767	11.500
Depósitos Banco Central - Outros	74.818	56.244
Relações com Correspondentes	408	248
Total – Circulante	<u>1.004.459</u>	<u>2.153.848</u>
Passivo		
Transações de pagamento	3.567	7.940
Outros Sistemas de Liquidação	6.669	
Total – Circulante	<u>10.236</u>	<u>7.940</u>

(*) Refere-se a créditos antecipados aos estabelecimentos comerciais de operações com cartão de débito e crédito.



8 Carteira de crédito

(a) Classificação por produto

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Operações de crédito	636.776	532.143
Crédito pessoal	17.115	7.454
Capital de giro	475.227	367.470
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	30.437	37.406
Financiamento imobiliário	804	
Financiamento a exportação	5.076	
Financiamento em moeda estrangeira	792	
Desconto de títulos	68.760	70.358
Adiantamentos a depositantes	175	4.148
Conta garantida	25.578	31.467
Cartão de crédito	5.771	5.295
Outros	7.041	8.545
Outros créditos com características de concessão de crédito	379.010	338.637
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	2.531	
Precatórios	360.190	330.369
Aquisição de recebíveis	12.903	720
Cartão de crédito	3.386	7.548
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(13.724)	(15.394)
Operações de crédito	(12.273)	(14.206)
Outros créditos com características de concessão de crédito	(1.451)	(1.188)
Total	<u>1.002.062</u>	<u>855.386</u>
Circulante	699.913	544.234
Não circulante	302.149	311.152

(b) Cessão de créditos

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 não foram efetuadas cessões de créditos com ou sem retenção de risco.

(c) Classificação por prazo

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer com prazo indeterminado	360.190	330.369
A vencer até 90 dias	228.093	104.297
A vencer de 91 a 180 dias	59.148	90.159
A vencer de 181 a 360 dias	134.275	116.373
A vencer acima de 360 dias	220.759	219.703
Total de parcelas a vencer	<u>1.002.465</u>	<u>860.901</u>
Vencidas até 90 dias	7.659	2.093
Vencidas de 91 a 180 dias	3.220	1.474
Vencidas de 181 a 360 dias	2.442	6.312
Total de parcelas vencidas	<u>13.321</u>	<u>9.879</u>
Total	<u>1.015.786</u>	<u>870.780</u>

(d) **Classificação por setor de atividade**

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Indústria	20.951	
Comércio	14.006	
Outros serviços	594.164	506.046
Pessoas físicas	26.475	91.633
Administração pública	360.190	273.101
Total	<u>1.015.786</u>	<u>870.780</u>

(e) **Classificação por níveis de risco**

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi constituída de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/99, considerando ainda os seguintes aspectos: (i) características das operações e respectivas garantias; (ii) considerações em relação ao atraso das parcelas; e (iii) histórico de perdas com os devedores.

Nível	%	<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
		<u>Carteira</u>	<u>Provisão mínima requerida</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão mínima requerida</u>
AA		150.999		123.578	
A	0,5	615.741	3.079	530.210	2.651
B	1	157.448	1.574	132.920	1.329
C	3	79.677	2.390	69.273	2.077
D	10	1.939	194	2.729	272
E	30	3.024	907	2.289	686
F	50	1.602	800	2.599	1.299
G	70	1.926	1.349	337	235
H	100	3.430	3.430	6.845	6.845
Total		<u>1.015.786</u>	<u>13.723</u>	<u>870.780</u>	<u>15.394</u>

(f) **Classificação por níveis de risco e produto**

Nível	<u>30/06/2022</u>				
	<u>Crédito pessoal</u>	<u>Capital de giro</u>	<u>Precatórios</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
AA		22.904	118.121	9.974	150.999
A	13.418	271.908	242.069	88.346	615.740
B	2.091	103.046		52.311	157.448
C	999	72.776		5.902	79.677
D	52	219		1.668	1.939
E	49	1.547		1.428	3.024
F	1	875		726	1.602
G	493	931		502	1.926
H	12	1.021		2.397	3.431
Total	<u>17.115</u>	<u>475.227</u>	<u>360.190</u>	<u>163.254</u>	<u>1.015.786</u>

Nível	31/12/2021				
	Crédito pessoal	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total
AA		20.299	103.267	12	123.578
A	3.187	210.339	227.102	89.582	530.210
B	3.109	65.553	720	63.538	132.920
C	567	65.295		3.411	69.273
D	550	1.651		528	2.729
E	2	1.701		586	2.289
F	3	2.182		414	2.599
G	4			333	337
H	32	450		6.363	6.845
Total	7.454	367.470	331.089	164.767	870.780

(g) **Concentração da carteira**

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	569.315	56,05	530.607	60,93
20 maiores devedores seguintes	190.731	18,78	181.713	20,87
50 maiores devedores seguintes	157.142	15,47	101.201	11,62
100 maiores devedores seguintes	67.140	6,61	35.617	4,09
Outros	31.458	3,09	21.642	2,49
Total	1.015.786	100,00	870.780	100,00

(h) **Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

	30/06/2022	30/06/2021
Saldo no início do exercício	15.394	13.883
Constituição/reversão de provisão	4.605	2.574
Baixas de créditos para prejuízo	(6.275)	(4.477)
Saldo no fim do exercício	13.724	11.980

No primeiro semestre de 2022 foi recuperado o montante de R\$ 3.280 (R\$ 2.747 no primeiro semestre de 2021) referente a créditos anteriormente baixados para prejuízo e foram renegociadas um montante de R\$ 123.972 (R\$ 73.234 em 30/06/2021) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo devedor em 30 de junho de 2022 totaliza em R\$ 99.528 (R\$ 34.528 em 30/06/2021).

9 Outros ativos financeiros

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Operações de câmbio (i)	196.834	107.878
Rendas a receber	753	5.596
Negociação e intermediação de valores	903	
Devedores por depósitos em garantia (nota 19(ii))	9.201	9.643
Títulos e créditos a receber	7.497	7.300
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 31)	2.720	668
Diversos (ii)	12.597	13.425
Total	<u>230.505</u>	<u>144.510</u>
Circulante	210.795	126.728
Não circulante	19.710	17.782

(i) O saldo de operações de câmbio do ativo é composta conforme abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Câmbio comprado a liquidar	107.734	13.882
Direitos sobre vendas de câmbio	100.733	98.928
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(11.633)	(4.932)
Total – Circulante	<u>196.834</u>	<u>107.878</u>

(ii) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 refere-se substancialmente a valor adiantado ao parceiro especializado em serviços de meios de pagamentos, para acolhimento de pagamentos demandados pelos clientes do Banco diariamente.

10 Outros ativos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bens não de uso próprio (i)	21.042	10.476
Despesas antecipadas	17.631	24.780
Deságio na colocação de títulos	12.489	14.401
Outras despesas antecipadas	5.142	10.379
Total	<u>38.673</u>	<u>35.256</u>
Circulante	27.073	21.624
Não circulante	11.600	13.632

(i) Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento.

11 Ativos fiscais correntes e diferidos

(a) Ativos fiscais correntes

Ativos fiscais correntes refere-se a impostos e contribuições a compensar.

(b) Ativos fiscais diferidos

Os saldos dos créditos tributários apresentam-se como segue:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para perdas em ativos	11.622	11.158
Provisões passivas	13.250	13.958
Ajustes ao valor de mercado	19.492	14.206
Outras diferenças temporárias	5.409	5.319
Total de diferenças temporárias	49.773	44.641
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda	51.029	50.075
Base negativa - Contribuição Social	42.140	40.948
Total - Não circulante	<u>142.942</u>	<u>135.664</u>

(c) Movimentação dos créditos tributários

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, a movimentação dos créditos tributários pode ser demonstrada como segue:

	<u>30/06/2022</u>			<u>30/06/2021</u>		
	<u>Adições temporárias</u>	<u>Prejuízos fiscais/Base negativa</u>	<u>Total</u>	<u>Adições temporárias</u>	<u>Prejuízos fiscais/Base negativa</u>	<u>Total</u>
Saldo no início do semestre	44.641	91.023	135.664	36.909	82.920	119.829
Constituição	34.567	2.146	36.713	21.909	3.629	25.538
Utilização	(29.435)		(29.435)	(23.903)		(23.903)
Saldo no fim do semestre	49.773	93.169	142.942	34.915	86.549	121.464

(d) Período estimado de realização

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor presente</u>
2022	13.778	11.888
2023	17.351	12.917
2024	27.967	17.963
2025	28.360	15.717
2026	39.118	18.705
2027	16.368	7.826
Total	<u>142.942</u>	<u>85.016</u>

O Banco adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

Em 30 de junho de 2022 esses créditos estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos em participações em coligadas e controladas

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas

						30/06/2022	
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado semestre	Valor do investimento	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.			55.041	17		298	
IPG Holding Financeira S.A.	22.277.908	54,89	55.041	(281)	30.211	(198)	
BS2 Tecnologia Ltda.	70.929.000	99,90	73.839	2.171	73.765	2.169	
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A.	368.750	13,27	1.840	(661)	244	(88)	
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	78.710.781	89,79	30.887	(500)	27.733	(449)	
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	12.550.726	39,21	186.019	29.848	72.936	11.703	
DT Participações S.A.	9.156.503	99,80	3.144	(57)	3.138	(55)	
BLU Participações S.A.	1.793.922	74,30	1.781	(574)	1.323	(427)	
Butiá Participações S.A.	200.100	30,00	1.658	373	497	112	
BS2 Asset Management – Administradora de Recursos Ltda.	599.970	99,995	1.145	634	1.145	634	
BS2P Participações Ltda.	980	98,00					
Total					210.992	13.699	
						30/06/2021	31/12/2021
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Resultado semestre	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Patrimônio líquido	Valor do investimento	
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	13.094.460	99,80	145	144	22.025	21.980	
BS2 Tecnologia Ltda.	15.984.000	99,90	(1.866)	(1.864)	71.668	71.596	
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A.	368.750	14,75	(397)	(58)			
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	44.286.882	83,18	(5.660)	(4.708)	31.387	28.182	
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	9.000.000	77,40	32.786	25.377	156.171	61.233	
AD Participações S.A.	1.299.760	99,52	874	869			
DT Participações S.A.	8.463.020	92,24	(965)	(868)	3.201	2.953	
BLU Participações S.A.	1.810.422	84,75	(334)	(295)			
Butiá Participações S.A.	160.080	24,00	522	205			
BS2P Participações Ltda.	980	98,00					
Total				18.802		185.944	



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos – controladas diretas e indiretas

	Saldo em 31/12/2021	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Dividendos e JCP	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de participações	Saldo em 30/06/2022
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	21.980	298			(22.278)	
IPG Holding Financeira S.A.		(198)		8.131	22.278	30.211
BS2 Tecnologia Ltda.	71.596	2.169				73.765
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A.		(88)			332	244
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	28.182	(449)				27.733
Adiq - Soluções de Pagamento S.A.	61.233	11.703				72.936
DT Participações S.A.	2.953	(55)			240	3.138
BLU Participações S.A.		(427)			1.750	1.323
Butiá Participações S.A.		112	(45)		430	497
BS2 Asset Management - Adm Recursos Ltda.		634		(300)	811	1.145
Total	185.944	13.699	(45)	7.831	3.563	210.992

	Saldo em 31/12/2020	Resultado da equivalência patrimonial no semestre	Dividendos	Aumento de capital	Ganhos (Perdas) de capital líquidas	Aquisição (Alienação) de participações	Remuneração baseada em ações	Saldo em 30/06/2021
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	22.757	144						22.901
BS2 Tecnologia Ltda.	6.005	(1.864)		14.985			85	19.211
BLU Pagamentos e Tecnologia Digital Ltda.	280	(58)						222
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	20.764	(4.708)		1.664			24	17.744
Adiq Instituição de Pagamento S.A.	30.284	25.377						55.661
AD Participações S.A.	2.091	869						2.960
DT Participações S.A.	3.659	(868)		361		149	3	3.304
BLU Participações Ltda.	1.335	(295)			(275)	335		1.100
Butiá Participações S.A.	361	205	(216)					350
Total	87.536	18.802	(216)	17.010	(275)	484	112	123.453

Previmax/BS2 Seguros – Em abril de 2022, as ações da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (“Previmax”) foram utilizadas para integralização de capital na IPG Holding Financeira S.A. (“IPG”), que passou a deter 100% do capital social da Previmax. Em junho de 2022, a Previmax teve sua denominação social alterada para BS2 Seguros S.A. e seu capital social aumentado de R\$ 15.000 para R\$ 48.000 integralizado em moeda corrente pela IPG.

IPG – Em abril de 2022, o Banco passou a deter 99,80% do capital social da IPG através da capitalização com a utilização das ações da Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (“Previmax”). Em junho de 2022, a IPG Holding Financeira S.A. (“IPG”) teve seu capital social aumentado de R\$ 22.324 para R\$ 40.588



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mediante a emissão de 18.264.724 novas ações ordinárias com o aporte de novo acionista externo, com pagamento de ágio, desta forma o Banco teve sua participação reduzida para 54,89%.

BS2 Asset – Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., 599.988 quotas de capital equivalentes a 99,998% do capital social da BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda..

BS2 Tecnologia – Em junho de 2021, foi realizada a alteração contratual deliberando o aumento de capital social da empresa BS2 Tecnologia Ltda. para R\$ 16.000 após o aporte de R\$ 15.000, representado pela emissão de 15.000.000 de quotas de capital, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente. Em julho de 2021 foi realizada a alteração contratual deliberando o aumento de capital social da empresa BS2 Tecnologia Ltda. para R\$ 71.000 após o aporte de R\$ 55.000, representado pela emissão de 55.000 de quotas de capital, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente.

BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (“BLU Pay”) – Em agosto de 2021 o Banco BS2 alienou suas quotas do capital social para sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., também em agosto de 2021 ocorreu a transformação da BLU Pay, do tipo “Sociedade Limitada”, para “Sociedade por Ações”. Em setembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital para R\$ 2.778 após o aporte de R\$ 278 através da emissão de 278 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal subscritas e integralizadas em valor corrente. Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., 368.750 ações ordinárias nominativas equivalentes a 13,27% do capital social da BLU Pay.

BS2 DTVM – Em junho de 2021, foi realizado o aumento do capital social da empresa BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para R\$ 45.000, após o aporte de R\$ 2.000, representado pela emissão de 3.846.156 novas ações ordinárias e 770.891 novas ações preferenciais, todas nominativas, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pelos acionistas.

Adiq – Em maio de 2021, foi realizada a AGE da Adiq, tendo a denominação alterada para Adiq Instituição de Pagamento S.A.. Em julho de 2021, foi realizado o aumento de capital social para R\$ 81.627 através do aporte de R\$ 70.000 representado pela emissão de 11.327 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

AD Participações – Em julho de 2021 foi realizado o aumento de capital social para R\$ 3.196, após o aporte de R\$ 1.890, representado pela emissão de 829.115 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, pela única acionista, o Banco BS2 alienou suas quotas do capital social para a Bonsucesso Holding Financeira S.A. deixando assim de participar na AD Participações.

DT Participações – Em junho de 2021, foi realizada a AGE deliberando o aumento de capital social da empresa DT Participações S.A. para R\$ 8.635 após o aporte de R\$ 375, representado pela emissão de 914.635 ações ordinárias, nominativas, subscritas e integralizadas em valor corrente pelos acionistas aumentando assim a participação do Banco para 92,24%. Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de terceiros, 693.483 ações ordinárias nominativas equivalentes a 7,56% do capital social da DT Participações S.A..

BLU Participações – Em janeiro de 2021, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., onde o Banco adquire 150.000 quotas de capital aumentando assim sua participação para 88,84%. Em março de 2021, foi realizada alteração contratual da BLU Participações Ltda., onde o Banco aliena 8.250 quotas de capital reduzindo assim sua participação para 84,75%. Em julho de 2021, a sociedade foi alterada de “Sociedade Limitada” para “Sociedade Anônima de Capital Fechado” passando a denominar-se BLU Participações S.A. e foi aprovado o aumento de capital social para R\$ 2.414 representados pela emissão 278 ações ordinárias



Banco BS2 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nominativas. Em agosto de 2021, o sócio Banco BS2 S.A. cedeu e transferiu 1.898 quotas para sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., 1.810.422 ações ordinárias nominativas equivalentes a 74,99% do capital social da BLU Participações.

Butiá Participações - Em janeiro de 2022 o Banco adquiriu, de sua controlada BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., 160.080 ações ordinárias nominativas equivalentes a 24% do capital social e adquiriu da sua controlada BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. 40.020 ações ordinárias nominativas equivalentes a 6% do capital social da Butiá Participações S.A. passando a deter 30% do capital social.

13 Imobilizado

	Custo de aquisição			Depreciação acumulada			Total líquido		
	31/12/2021	Adição	Baixas	30/06/2022	31/12/2021	Adição	Baixas	30/06/2022	30/06/2022
Mobiliário	5.148	191	(244)	5.095	(1.700)	(194)	61	(1.833)	3.262
Equipamentos de processamento de dados	16.885	64		16.949	(8.335)	(1.236)		(9.571)	7.378
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12.530	370		12.900	(4.032)	(1.126)		(5.158)	7.742
Equipamentos de comunicação e de segurança	21			21	(12)	(1)		(13)	8
Veículos	3.104		(488)	2.616	(1.095)	(17)	236	(876)	1.740
Total	37.688	625	(732)	37.581	(15.174)	(2.574)	297	(17.451)	20.130

14 Intangível

	Custo de aquisição			Amortização acumulada			Total líquido		
	31/12/2021	Adição	Baixas	30/06/2022	31/12/2021	Adição	Baixas	30/06/2022	30/06/2022
Sistemas de processamento de dados:									
Adquiridos	28.720			28.720	(19.980)	(1.184)		(21.164)	7.556
Gerados internamente	18.680	14.332	(9)	33.003	(11.245)	(1.867)		(13.112)	19.891
Total	47.400	14.332	(9)	61.723	(31.225)	(3.051)		(34.276)	27.447



15 Depósitos

						30/06/2022
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos à vista	1.039.548					1.039.548
Depósitos interfinanceiros			137.983		3.167	141.150
Depósitos a prazo		582.549	373.204	568.042	899.376	2.423.171
Outros depósitos	11.124					11.124
Total	1.050.672	582.549	511.187	568.042	902.543	3.614.993
Circulante						2.144.408
Não circulante						1.470.585

						31/12/2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos à vista	846.242					846.242
Depósitos interfinanceiros		9.704	155.367			165.071
Depósitos a prazo		567.446	971.385	955.016	559.460	3.053.307
Outros depósitos	11.799					11.799
Total	858.041	577.150	1.126.752	955.016	559.460	4.076.419
Circulante						2.561.943
Não circulante						1.514.476

16 Recursos de aceites e emissão de títulos

					30/06/2022
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário		77.832	4.052	60.719	142.603
Total		77.832	4.052	60.719	142.603
Circulante					77.832
Não circulante					64.771

					31/12/2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	19.219	86.943	8.032		114.194
Letras financeiras		107			107
Total	19.219	87.050	8.032		114.301
Circulante					106.269
Não circulante					8.032

17 Letras financeiras subordinadas

Taxa anual	Emissão	Vencimento	30/06/2022	31/12/2021
100% IPCA + 6,47%	abril de 2019	abril de 2024	453	418
130% CDI	abril de 2019	abril de 2024	370	345
135% CDI	abril de 2019	abril de 2024	938	874
100% IPCA + 6,17%	maio de 2019	maio de 2024	554	510
100% IPCA + 6,22%	maio de 2019	maio de 2024	893	822
100% IPCA + 6,37%	maio de 2019	maio de 2024	600	551
100% IPCA + 6,42%	maio de 2019	maio de 2024	527	483
100% IPCA + 6,47%	maio de 2019	maio de 2024	905	830
100% IPCA + 6,77%	maio de 2019	maio de 2024	915	837
100% IPCA + 6,87%	maio de 2019	maio de 2024	916	838
130% CDI	maio de 2019	maio de 2024	1.351	1.262
135% CDI	maio de 2019	maio de 2024	10.281	9.576
100% IPCA + 4,98%	junho de 2019	junho de 2024	3.991	3.699
100% IPCA + 5,47%	junho de 2019	junho de 2024	1.842	1.700
130% CDI	junho de 2019	junho de 2024	6.561	6.128
100% IPCA + 4,83%	julho de 2019	julho de 2024	424	394
130% CDI	julho de 2019	julho de 2024	4.735	4.422
135% CDI	julho de 2019	julho de 2024	734	684
100% IPCA + 4,68%	agosto de 2019	agosto de 2024	421	390
100% IPCA + 5,02%	agosto de 2019	agosto de 2024	1.271	1.178
130% CDI	agosto de 2019	agosto de 2024	1.924	1.797
135% CDI	agosto de 2019	agosto de 2024	12.101	11.272
100% IPCA + 4,93%	setembro de 2019	setembro de 2024	422	391
135% CDI	setembro de 2019	setembro de 2024	3.977	3.705
130% CDI	janeiro de 2020	janeiro de 2025	584	546
100% IPCA + 5,75%	março de 2020	março de 2026		58.250
100% PRÉ + 10,86%	março de 2020	março de 2026		12.628
140% CDI	março de 2020	março de 2026		48.742
100% PRÉ + 9,88%	maio de 2020	abril de 2026	489	467
100% IPCA + 6,48%	junho de 2021	junho de 2027	357	328
100% IPCA + 6,68%	junho de 2021	junho de 2027	2.194	2.013
100% IPCA + 6,17%	julho de 2021	junho de 2027	5.910	5.416
100% IPCA + 6,47%	julho de 2021	julho de 2027	1.061	974
100% IPCA + 6,48%	julho de 2021	julho de 2027	353	324
100% IPCA + 6,68%	julho de 2021	julho de 2027	6.261	5.730
100% IPCA + 2,99%	julho de 2021	julho de 2027	391	363
100% IPCA + 5,98%	julho de 2021	julho de 2027	707	649
100% IPCA + 6,18%	julho de 2021	junho de 2027	591	542
100% IPCA + 6,23%	julho de 2021	junho de 2027	354	325
100% IPCA + 6,27%	julho de 2021	junho de 2027	354	325
100% IPCA + 6,28%	julho de 2021	junho de 2027	948	867
100% IPCA + 6,38%	julho de 2021	julho de 2027	710	649
100% IPCA + 6,58%	julho de 2021	julho de 2027	714	651
100% PRÉ + 10,86%	junho de 2022	março de 2028	13.287	
140% CDI	junho de 2022	março de 2028	52.466	
100% IPCA + 5,77%	junho de 2022	março de 2028	63.046	
Total – Não circulantes			207.883	192.895

18 Outros passivos financeiros

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 31)	164	273
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.016	2.487
Operações de câmbio (i)	199.553	112.130
Negociação e intermediação de valores	581	4.425
Provisão de despesas com pessoal	17.387	16.432
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	19.851	12.055
Valores a repassar a bandeiras de cartão	8.248	7.632
Prestações recebidas a baixar	4.990	2.760
Resultado de exercícios futuros	15.893	28.521
Diversos	21.258	30.748
Total	<u>289.941</u>	<u>217.463</u>
Circulante	289.048	204.083
Não circulante	893	13.380

(i) O saldo de operações de câmbio do passivo é composta conforme abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Câmbio vendido a liquidar	17.627	14.589
Obrigações por compras de câmbio	181.926	97.541
Total - Circulante	<u>199.553</u>	<u>112.130</u>

19 Provisões

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisões para contingências (i)	18.492	20.406
Provisão para garantias financeiras prestadas (ii)	679	465
Total	<u>19.171</u>	<u>20.871</u>
Circulante	630	415
Não circulante	18.541	20.456

(i) “Provisões para contingências” e “Devedores por depósitos em garantia” são demonstrados conforme abaixo:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos judiciais	9.201	9.643
Contingências tributárias	1.829	1.830
Contingências trabalhistas e previdenciárias	715	885
Contingências cíveis	4.278	4.549
Diversos	2.379	2.379
Provisões para contingências	18.492	20.406
Contingências trabalhistas e previdenciárias	3.043	5.584
Contingências cíveis	15.158	14.558
Diversos	291	264

A Administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente que em 30 de junho de 2022 totalizavam R\$ 2.194 (R\$ 2.298 em 31/12/2021).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente. As contingências avaliadas como risco possível, para as quais não são reconhecidas contabilmente, totalizavam R\$ 7.034 (R\$ 2.344 em 31/12/2021).

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	30/06/2022			
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo no início do semestre	5.584	14.558	264	20.406
Movimentação refletida no resultado:				
Constituições	3.043	15.158		18.201
Êxitos/reversões	(4.730)	(7.538)	27	(12.242)
Pagamentos	(853)	(7.020)		(7.873)
Saldo no fim do semestre	3.043	15.158	291	18.492
	30/06/2021			
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo no início do semestre	2.117	13.516	3.753	19.386
Movimentação refletida no resultado:				
Constituições	3.015	13.073	113	16.201
Êxitos/reversões	(1.672)	(6.425)	(3.578)	(11.675)
Pagamentos	(202)	(3.242)		(3.444)
Saldo no fim do semestre	3.258	16.922	288	20.468

- (ii) “Provisão para garantias financeiras prestadas” refere-se a provisão de fiança bancária que monta R\$ 57.708 (R\$ 56.479 em 31/12/2021), em conformidade com a Resolução CMN nº 4.512/16. Os critérios utilizados para a constituição desta provisão foram de acordo com o exposto na Resolução CMN 2.682/99 considerando a avaliação do cliente.

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de abril de 2021, foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado do Banco no montante de R\$ 52.084, refletindo no aumento de 7.312.888 ações ordinárias e 2.588.991 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, que foram integralizadas mediante a transferência bancária pelos acionistas.



Em 03 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado do Banco no montante de R\$ 56.450, refletindo no aumento de 3.474.353 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, que foram integralizadas mediante a transferência bancária pelos acionistas.

Assim, em 30 de junho de 2022, o capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 617.155 (R\$ 617.155 em 31/12/2021) está representado como segue:

	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações Preferenciais</u>	<u>Total em circulação</u>
Em 31 de dezembro de 2021	80.427.557	31.948.198	112.375.755
Em 30 de junho de 2022	80.427.557	31.948.198	112.375.755

(b) Reservas de lucros

Legal: É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: É constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em dezembro de 2021, foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.997 equivalente a 25% do lucro líquido após a constituição da reserva legal, conforme determinado na Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social.

Em maio de 2022 foi realizada Assembleia Geral Ordinária onde foi decidido pela retenção para reserva de lucros, passível de distribuição futura, o montante de R\$ 3.997 que correspondiam aos dividendos obrigatórios do exercício de 2021, destinação esta deliberada por todos os acionistas presentes com base no parágrafo terceiro do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

(d) Opções de compra de ações

Em 2019, em concordância com o plano de incentivo de longo prazo definido pelo Grupo BS2, foram outorgadas Opções de Compra de Ações das companhias Banco BS2, BS2 DTVM e ADIQ Soluções de Pagamento. Estes programas são baseados em ações e liquidados em instrumentos de patrimônio (ações ou cotas).

São elegíveis ao plano os administradores, executivos e profissionais de alto nível do Banco e de suas subsidiárias, controladas ou coligadas, além de prestadores de serviços, sem vínculo empregatício ou estatutário. É atribuído ao Conselho de Administração escolher, por seu único e exclusivo critério, os executivos e profissionais elegíveis ("Beneficiários").

O plano de incentivo outorgado pelo Banco BS2 é composto por 3 lotes, que passavam a ser exercíveis a partir de zero (vestidas imediatamente), 0,7 e 1,7 anos da data de concessão, respectivamente. O programa da companhia DTVM era composto por 2 lotes, que passavam a ser exercíveis em 1 e 2 anos, respectivamente, da data de concessão. As outorgas da ADIQ eram compostas também por 3 lotes, com o primeiro lote vestindo imediatamente, e o segundo e terceiro lotes com um tempo de carência médio de 0,9 e 1,9 anos, respectivamente, da data de concessão.

O exercício do direito de aquisição/subscrição das ações é condicionado à manutenção do vínculo estatutário, de emprego ou de prestações de serviços do beneficiário com o Banco, suas sociedades controladas, coligadas ou interligadas, de sorte que, desfeito este vínculo, independentemente da causa, é extinta a opção em relação às ações ou cotas ainda não subscritas e integralizadas. O Banco BS2 e as demais empresas do grupo não têm qualquer obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em espécie.

O prazo máximo de exercício (data de vencimento) dos programas é de aproximadamente 2 anos após a outorga. O preço de exercício de cada opção nos programas é calculado na data de exercício com base no valor patrimonial contábil de uma ação, apurada com base no último balanço anual ou balancete mensal da respectiva instituição, prevalecendo o que for mais recente em relação à data da subscrição. No programa ADIQ, o preço de exercício foi fixado na outorga em R\$ 4,00.

Em março de 2020 as opções da ADIQ foram canceladas, portanto não há contratos em vigor. Em agosto de 2020 o plano do Banco BS2 foi extinto, permanecendo em aberto somente o plano da DTVM, com 861.600 ações da DT Participações S.A. e poderão ser exercidos até 31 de dezembro de 2022.

21 Resultado da carteira de crédito

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Crédito pessoal	1.114	630
Empresarial	49.701	26.329
Cartões de crédito	1.005	1.102
Precatórios	33.371	28.052
Total	<u>85.191</u>	<u>56.113</u>

22 Resultado com aplicações interfinanceiras

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Posição bancada	29.406	7.541
Depósitos interfinanceiros	1.919	595
Total	<u>31.325</u>	<u>8.136</u>

23 Resultado com títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado de títulos de renda fixa	76.661	20.691
Resultado de aplicações em fundos de investimento	2.338	3.069
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	(32)	(1.200)
Total	<u>78.967</u>	<u>22.560</u>

24 Despesas com operações de captação no mercado

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Despesas de depósitos interfinanceiros	(9.521)	(3.059)
Despesas de depósitos a prazo	(160.401)	(119.028)
Despesas de recursos de aceites e emissão de títulos	(22.693)	(8.585)
Outras despesas de captação	(8.459)	(4.698)
Total	<u>(201.074)</u>	<u>(135.370)</u>

25 Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento (i)	5.636	144.983
Rendas de serviços prestados a ligadas (Nota 31(a))	2.297	
Rendas de transferências de fundos	1.213	1.227
Rendas de garantias prestadas	609	1.116
Rendas de outros serviços	4.171	4.838
Total de receitas de prestação de serviços	<u>13.926</u>	<u>152.164</u>
Rendas de tarifas de conta corrente	29.000	10.357
Rendas de tarifas de operações de crédito	2.475	1.062
Outras rendas de tarifas bancárias	868	232
Total de rendas de tarifas bancárias	<u>32.343</u>	<u>11.651</u>

(i) Rendas provenientes de aquisições, realizada pelo Banco, de créditos de estabelecimentos credenciados nas operações da adquirência, cuja diferença entre o valor da agenda desses estabelecimentos junto às bandeiras de cartões de crédito e o valor de aquisição é apropriada como receita.

26 Despesa de pessoal

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Honorários	(6.587)	(5.422)
Benefícios	(4.764)	(4.179)
Encargos Sociais	(8.007)	(6.706)
Proventos	(21.523)	(17.797)
Treinamento	(48)	(386)
Estagiários	(264)	(265)
Total	<u>(41.193)</u>	<u>(34.755)</u>

27 Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Aluguel	(3.875)	(4.034)
Comunicação	(4.248)	(2.195)
Manutenção e conservação de bens	(392)	(367)
Processamento de dados	(49.829)	(36.946)
Promoções e relações públicas	(216)	(533)
Propaganda e publicidade	(3.033)	(4.969)
Prestação de serviços	(87.015)	(78.893)
Transportes	(147)	(1.626)
Viagens	(1.025)	(345)
Depreciação e amortização	(5.626)	(8.040)
Outros	(4.106)	(3.298)
Total	<u>(159.512)</u>	<u>(141.246)</u>

28 Despesas tributárias

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Despesas tributárias	(2.976)	(4.024)
ISSQN	(2.038)	(956)
Cofins	(8.776)	(7.314)
PIS	(1.426)	(1.189)
Total	<u>(15.216)</u>	<u>(13.483)</u>

29 Outras receitas e despesas operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receitas com antecipação de recebíveis	86.488	
Recuperação de despesas de provisões operacionais (i)	3.034	24.296
Variações monetárias e cambiais	236	2.346
Resultado operações com outros direitos creditórios	22	4.896
Incentivo bandeiras	12.486	1.487
Diversos	135	366
Total de outras receitas operacionais	<u>102.401</u>	<u>33.391</u>
Despesas de provisões operacionais (i)	(2.608)	(6.878)
Variações monetárias e cambiais	(81)	(46)
Intermediação de antecipação de recebíveis (ii)		(44.224)
Perdas com processos trabalhistas	(853)	(202)
Perdas com processos cíveis	(7.020)	(3.242)
Diversos	(731)	(2.075)
Total de outras despesas operacionais	<u>(11.293)</u>	<u>(56.667)</u>

- (i) “Recuperação/Despesas de provisões operacionais” referem-se, substancialmente, a provisão de contingências cíveis e trabalhistas, provisão para fianças e bens não de uso. Em 30 de junho de 2021, o valor R\$ 18.985 refere-se a reversão de provisão de tarifas, conforme nota 35(e).
- (ii) “Intermediação de antecipação de recebíveis” refere-se a despesas de intermediação de operações de antecipação de recebíveis vinculados a operações de aquisição.

30 Imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2022</u>		<u>30/06/2021</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	22.626	22.626	31.751	31.751
Adições (exclusões) líquidas:				
Equivalência patrimonial	(13.699)	(13.699)	(18.802)	(18.802)
Participações no resultado	(6.723)	(6.723)	(2.677)	(2.677)
Outras, líquidas	(6.255)	(6.925)	1.105	615
Base de cálculo	<u>(4.051)</u>	<u>(4.721)</u>	<u>11.377</u>	<u>10.887</u>
Alíquota Efetiva	608	944	(1.706)	(2.177)
Alíquota Adicional	405		(1.138)	
Imposto de renda e contribuição social	<u>1.013</u>	<u>944</u>	<u>(2.844)</u>	<u>(2.177)</u>



31 Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Carteira de crédito	149.314	347.088
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	2.656	4.371
Pessoal chave da Administração (iii)	284	284
Outras partes relacionadas (iv)	146.374	342.433
Outros ativos financeiros	2.720	668
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	35	29
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	71	132
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	11	12
Adiq - Instituição de Pagamento S.A. (ii)	2.599	488
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	4	
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)		7
Passivo		
Depósitos à vista	16.886	88.670
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	584	23.772
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	60	51
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	332	19
Adiq - Instituição de Pagamento S.A. (ii)	7.819	50.450
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A. (ii)	66	14
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	2.983	3.022
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)	60	
AD Participações S.A. (ii)	2	11
DT Participações S.A. (ii)	95	
BLU Participações Ltda. (ii)	3	11
Pessoal chave da Administração (iii)	1.117	1.549
Outras partes relacionadas (iv)	3.765	9.771
Depósitos interfinanceiros, a prazo e Recursos de aceites e emissão de títulos	50.604	170.055
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	23.501	22.378
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	920	920
Adiq - Instituição de Pagamento S.A. (ii)	1.223	125.407
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	2.222	
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)	595	
AD Participações S.A. (ii)	5	8
DT Participações S.A. (ii)	18	17
BLU Participações Ltda. (ii)	9	11
Pessoal chave da Administração (iii)	5.484	10.199
Outras partes relacionadas (iv)	16.627	11.115
Outros passivos financeiros	164	273
Adiq - Instituição de Pagamento S.A. (ii)	164	59
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)		205
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)		9



Banco BS2 S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado		
Resultado da carteira de crédito	245	207
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	245	207
Despesas de captação no mercado	(14.136)	(23.564)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(220)	(172)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	(1.369)	(12)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos S.A. (ii)	(42)	(12)
Adiq - Instituição de Pagamento S.A. (ii)	(12.424)	(23.322)
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)	(22)	(31)
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)	(59)	(15)
Receitas de prestação de serviços	2.297	
Adiq - Instituição de Pagamento S.A. (ii)	2.297	
Outras despesas administrativas	(245)	(15.072)
BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (ii)	(245)	
BS2 Tecnologia Ltda. (ii)		(15.072)
Outras despesas operacionais		(44.224)
Adiq - Instituição de Pagamento S.A. (ii)		(44.224)
(i) Holding controladora integral do Banco BS2.		
(ii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 12.		
(iii) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A..		
(iv) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.		

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Honorário	(5.411)	(4.056)
Participação nos lucros e resultados	(1.176)	(1.366)
Encargos sociais	(1.659)	(857)
Total	(8.246)	(6.279)

O Grupo possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 20 (d).

Conforme legislação vigente à partir de 1º de janeiro de 2019, as instituições financeiras podem conceder operações de créditos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, conforme detalhado na nota 31 (a).

32 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III) - Resolução CMN Nº 4.193/13

A partir de 1º de outubro de 2013, passou a vigorar no Brasil o arcabouço regulatório recomendado pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, que trata da nova estrutura de capital de instituições financeiras para Basileia III. A metodologia de apuração Patrimônio de Referência (PR), é definido na Resolução CMN nº 4.955/21 e a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e o Adicional de Capital Principal para Basileia III pela Resolução CMN nº 4.958/21.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
(=) Patrimônio de Referência – Nível I	571.442	568.875
(+) Capital Principal (a)	571.442	568.875
(+) Capital Social e Reservas	708.197	669.115
(+) Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	34.277	69.992
(+) Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa		
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado de TVM	23.508	16.878
(-) Outras Deduções do capital		783
(-) Ajustes Prudenciais	182.987	152.570
(+) Patrimônio de Referência – Nível II	159.622	132.582
(+) Instrumentos Elegíveis para compor nível II (a)	161.783	136.687
(-) Deduções do Nível II	2.161	4.105
(=) Patrimônio de Referência Total	731.064	701.457
Alocação de Capital por Risco		
Risco de Crédito (RWAcpad)	4.439.817	4.419.368
Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWacom)	172.859	252.785
Risco Operacional (RWAopad)	988.740	692.261
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	5.601.416	5.364.413
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA	448.113	429.153
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	482.394	446.268
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	282.951	272.304
Margem sobre o Patrimônio de Referência com RBAN	108.634	147.901
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	235.357	247.011
Margem sobre o Capital Principal Requerido	319.378	327.477
Margem Adicional de Capital	95.322	139.722
Índice de Basileia - PR	13,05%	13,08%
Índice do Nível I	10,20%	10,60%
Índice do Capital Principal	10,20%	10,60%
Índice de Imobilização	25,60%	26,54%

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.955/21, para Instrumentos Elegíveis ao Nível II em dezembro de 2021 foi considerado o somatório dos saldos de Letras Financeiras Autorizadas a compor o Nível II, após a aplicação dos redutores 20%, 40% e 60%. Já em junho de 2022, foi considerado a aplicação dos redutores de 0%, 20%, 40% e 60% de acordo com o vencimento dos papéis.

Considerando os valores apurados em 30 de junho de 2022, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 13,05% (13,08% em 31/12/2021), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido em junho de 2022 é de 10,5% (Índice Basileia 8% + ACP 2,5%) de acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21. Para os Índices de Nível I e Capital Principal o indicador ficou em 10,2% (10,6% em 31/12/2021), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora (8% e 4,5%).

Cabe destacar que o Patrimônio de Referência Total apurado no período foi de R\$ 731.064 (R\$ 701.457 em 31/12/2021) contra um Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA de R\$ 448.113 (R\$ 429.153 em 31/12/2021) e Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN de R\$ 482.394 (R\$ 446.268 em 31/12/2021), o que implica em uma margem sobre o Patrimônio de Referência considerando RBAN de R\$108.634 (R\$ 147.901 em 31/12/2021).

Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco encontra-se em conformidade com a regulamentação do BACEN.

Gerenciamento de risco

Gerenciamento de capital

Entende-se como gerenciamento de capital, no âmbito do Banco e Consolidado, o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e exigência de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco e Consolidado.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos do Banco e Consolidado reflete em um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar o risco de mercado, de crédito, de liquidez e risco operacional e socioambiental.

I - Risco de mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Banco, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária, através da geração do DDR.

II - Risco de crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de liquidez - É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV – Risco operacional e socioambiental – É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de danos socioambientais, eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. O Banco considera a atividade de gestão do risco operacional e socioambiental como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão destes riscos contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e conseqüentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de risco operacional e socioambiental

Em consonância com a Resolução CMN 4.557/17, e com a resolução CMN 4.327/14, o Banco e Consolidado instituíram suas políticas para gestão do risco operacional e socioambiental, onde estão definidas as responsabilidades, os princípios e diretrizes. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que seus colaboradores em sua totalidade entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais relativos ao risco operacional e socioambiental. Com o lançamento da Agenda de Sustentabilidade no BS2, este gerenciamento se tornou uma das várias linhas de ações a serem fortalecidas em todas as áreas do negócio.

Medidas para atender às novas exigências regulatórias através da reformulação da estrutura de gestão, implementação de novos processos e adoção de controles, sempre observando o princípio da proporcionalidade e relevância das nossas operações, estão sendo o foco neste ano. Principalmente pelo fato de que no ano de 2021 houve um marco no que diz respeito às regras de responsabilidade socioambiental nas instituições financeiras, visto a publicação pelo Banco Central dos normativos regulatórios para a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC).

Gerenciamento de continuidade de negócios – GCN

O Banco e Consolidado contam com Programa de Continuidade de Negócios para a garantia da sustentabilidade da instituição, visando proteger sua imagem e reputação. Atuam proativamente por meio de suas estruturas de gerenciamento de riscos e sua governança corporativa para continuidade de negócios, oferecendo maior segurança aos seus clientes e acionistas diante de imprevistos, buscando minimizar perdas financeiras e assegurar o nível adequado de estabilidade organizacional nos momentos posteriores a eventuais interrupções e durante a recuperação.

A gestão do Programa de Continuidade de Negócios, é realizada por meio da avaliação de cenários, adoção de medidas corretivas e mitigadoras, testes, treinamentos e revisões periódicas, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

Em consonância com a Resolução CMN 4.557/17, o Banco e Consolidado definiram sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a concentração na carteira de antecipação de recebíveis de cartão de crédito, crédito a pequenas e médias empresas e direitos creditórios, além de operações de câmbio. Essa estrutura é devidamente qualificada e atua com políticas, sistemas, processos e rotinas bem definidos, observando as disposições do Banco Central do Brasil.

O Risco de Mercado da Carteira Banking (IRRBB) é calculado com base na metodologia Economic Value of Equity (EVE), com base nos Cenários descritos pelo Banco Central do Brasil na Circular 3.876/2018 e consiste em uma abordagem de valor econômico, onde são avaliados os impactos de precificação dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e em um cenário de choque nas taxas de juros (Δ EVE).

O Risco de Mercado da Carteira Trading (RWAm pad) é apurado diariamente com base na Resolução CMN 4.958/21 onde são avaliadas as parcelas de Requerimento de Capital do RWAm pad.

No Risco de Liquidez são acompanhadas diariamente todas as entradas e saídas do caixa com foco na liquidez imediata, monitorada as fontes de recursos, depósitos à vista e a prazo, além do fluxo de caixa mensal com a projeção anual.

Gerenciamento de risco de crédito

Em consonância com a Resolução CMN 4.557/17, o Banco e Consolidado implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e do BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o BS2 adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações de aculturação de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos,

causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

A divulgação do “Relatório de Gerenciamento de Riscos” é realizada no site, na seção Governança Corporativa e “Relatório de Gerenciamento de Riscos” (www.bs2.com/governanca-corporativa), que visa atender a Circular 3.930/2019 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, seus processos e metodologias, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental.

34 Outras informações

(a) Cobertura de seguros

O Banco e Consolidado possuem cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

(b) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* não representam prejuízo contábil potencial para o Banco BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na Carteira *Banking* (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações das respectivas datas-bases, divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nas informações de mercado nas respectivas datas-bases, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nas informações de mercado nas respectivas datas-bases, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição.

Carteira Total	Exposições	Em 30/06/2022 (*)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Fatores de Risco	Risco de Variação em:			
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	14	(4.550)	(10.617)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(21)	(15)	(29)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(273)	(6.815)	(13.630)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	50	(6.894)	(14.220)
Ações	Preço das Ações	88	(2.191)	(4.381)
Demais	Demais fatores de risco	(148)	(19.876)	(38.851)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		(289)	(40.340)	(81.728)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		12	(24.478)	(49.572)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Carteira Total	Exposições	Em 31/12/2021 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	40	(11.091)	(23.680)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(73)	(25)	(51)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(336)	(8.403)	(16.806)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	41	(4.918)	(10.148)
Ações	Preço das Ações	164	(4.089)	(8.178)
Demais	Demais fatores de risco	52	(8.131)	(16.337)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		(113)	(36.657)	(75.200)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(27)	(20.890)	(43.355)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na Carteira *Trading*, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante frisar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira Trading	Exposições	Em 30/06/2022 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(1)	(156)	(254)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(59)	(43)	(86)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	1	(14)	(29)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(9)	(1.228)	(2.301)
Ações	Preço das Ações	88	(2.191)	(4.381)
Demais	Demais fatores de risco	(2)	(346)	(677)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		16	(3.978)	(7.727)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(3)	(554)	(1.035)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Carteira Trading	Exposições	Em 31/12/2021 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(5)	(1.098)	(1.930)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(73)	(25)	(51)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	416	(10.395)	(20.790)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(6)	(700)	(1.327)
Ações	Preço das Ações	164	(4.089)	(8.178)
Demais	Demais fatores de risco	(4)	(458)	(896)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO		492	(16.765)	(33.172)
TOTAL COM CORRELAÇÃO		(71)	(3.225)	(6.165)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

(c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 bem como em 30 de junho de 2022, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

						30/06/2022
	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Resultado Não realizado
Ativo						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	36.692		36.751		36.751	59
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.564.203	1.564.203			1.564.203	
Operações de crédito	1.002.062		715.015	373.093	1.088.108	86.046
Passivo						
Depósitos	3.614.993		3.449.134		3.449.134	(165.859)
Captações no mercado aberto	38.490	38.490			38.490	
Recursos de aceites e emissão de títulos	142.603		139.709		139.709	(2.894)
Instrumentos financeiros derivativos	192		192		192	
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	207.883		182.319		182.319	(25.564)
31/12/2021						
	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Resultado Não realizado
Ativo						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	34.373		34.478		34.478	105
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.529.160	1.529.160			1.529.160	
Operações de crédito	855.386		565.085	331.089	896.174	40.788
Passivo						
Depósitos	4.076.419		4.060.823		4.060.823	(15.596)
Captações no mercado aberto	22.378	22.378			22.378	
Recursos de aceites e emissão de títulos	114.301		115.142		115.142	841
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	192.895		208.852		208.852	15.957

O valor justo dos ativos financeiros, que são negociados em mercados ativos, é baseado em seus preços de mercado cotados na data do balanço. São considerados mercados ativos, aqueles em que os preços de mercado estão regularmente disponíveis por meio de Bolsa de Valores, serviço de precificação ou agência reguladora. Por esses motivos, classificamos esses títulos como de Nível 1, na hierarquia de valor justo.

Para os ativos que não são negociados em mercado ativo, a instituição utiliza técnicas de avaliação para fazer sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Operações de Crédito: O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.

b) Depósitos de clientes, de instituições de crédito e do Banco Central do Brasil: O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.

c) Obrigações por títulos e valores mobiliários e Dívidas subordinadas: Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.

Os ativos classificados no Nível 3, por sua vez, são aqueles que utilizam informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis. Neste caso, o Banco utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de ações, opções de taxa de câmbio, dentre outras) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3.

(d) Impactos da pandemia decorrente do COVID-19 (Coronavírus)

Diante do cenário de pandemia do COVID-19 (Coronavírus), o BS2 vem pensando em todos e tomando medidas e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia tanto quanto possível.

O BS2 criou um comitê de crise exclusivamente para debater esse tema, com a participação de toda a diretoria, onde são realizadas reuniões periódicas. O comitê de crise é chefiado pela diretoria de finanças e riscos onde são definidas metas e ações adotadas no período de crise e as estratégias para manutenção das operações essenciais.

Foram tomadas diversas medidas visando proteger a saúde dos colaboradores, tais como, a adoção do regime de trabalho *home office*, cancelamento de eventos e reuniões presenciais, adaptação da sede disponibilizando álcool em gel e orientações periódicas sobre como agir neste momento.

(e) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

	30/06/2022			30/06/2021		
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Total	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Total
Receitas da intermediação financeira	278.509		278.509	167.280		167.280
Despesas da intermediação financeira	(201.423)		(201.423)	(140.409)		(140.409)
Resultado da Intermediação Financeira	77.086		77.086	26.871		26.871
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(1.325)		(1.325)	173		173
Resultado bruto da intermediação financeira	75.761		75.761	27.044		27.044
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	(64.845)		(64.845)	(49.128)	18.985	(30.143)
Resultado operacional	10.916		10.916	(22.084)	18.985	(3.099)
Outras receitas e despesas (ii)	3.579	8.131	11.710	664	34.186	34.850
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	14.495	8.131	22.626	(21.420)	53.171	31.751
Imposto de renda e contribuição social	1.957		1.957	18.906	(23.927)	(5.021)
Participações no resultado	(6.723)		(6.723)	(2.677)		(2.677)
Resultado líquido dos semestres	9.729	8.131	17.860	(5.191)	29.244	24.053

(i) No primeiro semestre de 2021 refere-se a reversão de provisão formada para atender eventuais despesas com o ressarcimento de tarifas, em tese indevidas, cobradas de clientes quando o Banco operava no segmento de operações de crédito consignado, reconhecido como outras receitas operacionais no valor antes de tributos de R\$ 18.985 com impacto líquido de tributos de R\$ 10.442.

(ii) No primeiro semestre de 2022 refere-se a ganho com aumento de capital de acionistas externos na IPG Holding Financeira S.A. no valor de R\$ 8.131. No primeiro semestre de 2021 refere-se a lucro na alienação da aeronave no valor antes de impostos de R\$



11.824 com impacto líquido de tributos de R\$ 6.503 e lucro na venda de todos os direitos sobre software para processamento de operações com cartões de crédito e de débito no valor antes de tributos de R\$ 22.362 com impacto líquido de tributos de R\$ 12.299.

(f) Alteração de controle de participações societária

A controlada pelo Banco, BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., protocolou em meados de 13 de abril de 2022, um pedido de alteração de controle societário junto ao Banco Central tão logo suas ações foram objeto de venda para grupo empresarial de reconhecida reputação no mercado financeiro brasileiro e capacidade de geração de caixa. A alienação total das ações aguarda autorização formal da autoridade monetária para ser definitivamente realizada.

* * *

Diretoria

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães Martini
Diretora Vice-Presidente de Governança e
Gestão

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães
Diretor Vice-Presidente Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães
Diretora Vice-Presidente de Desenvolvimento
Corporativo

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior
Diretor Executivo

Ziro Murata Junior
Diretor Executivo

Davi Ponciano Araujo Lima
Diretor Executivo

Comitê de auditoria

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê

Antônio de Pádua Soares Pelicarpó
Membro Especialista

Marcos Grodetzky
Membro do Comitê

Conselho de administração

Marcos Grodetzky
Presidente

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Vice-Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães
Conselheiro

João Claudio Pentagna Guimarães
Conselheiro

André Pentagna Guimarães Salazar
Conselheiro

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Conselheiro

Simão Hamermesz Neumark
Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco BS2 tem como atribuições o assessoramento do Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por três membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 23 de novembro 2021. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores internos e independentes e especialistas, conduzindo análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos, mantendo ainda reuniões regulares com representantes do Banco Central do Brasil e, com outros reguladores, em bases regulares.

Dentre as suas atribuições, o Comitê de Auditoria, durante o primeiro semestre de 2022, desenvolveu as seguintes atividades:

(I) Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

O Comitê de auditoria reuniu-se com a Diretoria e Executivos da área de Tecnologia da Informação, com objetivo de obter o grau de segurança dos controles sobre a gestão de riscos de ataque cibernético; na sequência obteve as informações relacionadas a riscos financeiros e operacionais, com a participação dos executivos das áreas de riscos financeiros e operacionais, buscando, também, destaque em relação à segregação da visão de riscos entre as operações de plataforma (Weel) e as da área Corporate.

O Comitê discutiu com a administração e auditor independente sobre a eficácia dos controles internos do Banco, os relatórios financeiros, discutiu, também, sobre as fraquezas relevantes e as deficiências significativas identificadas durante a avaliação e a auditoria, bem como o plano da administração para remediar tais deficiências no controle.

(II) Compliance e Ouvidoria

O comitê tomou conhecimento da modelagem da área de Compliance, principalmente quanto a prevenção a lavagem de dinheiro (PLD), Lei anticorrupção, bem como o conhecimento da área sobre clientes e colaboradores do Banco.

Com relação à Ouvidoria e canais de governança do Banco, o comitê acompanhou os relatórios contendo os indicadores de monitoramento desses canais, durante o primeiro semestre desse exercício.

O Comitê tomou conhecimento das Cartas de Inspeção do Regulador e vem acompanhando o Plano de Ação proposto pela administração na solução das inconformidades apresentadas.

(III) Auditoria Interna

A auditoria interna do Banco é realizada pela KPMG Auditores Independentes. O Comitê neste semestre analisou o Plano da Auditoria Interna para o exercício de 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração. Os auditores internos apresentaram os relatórios relativos aos trabalhos realizados no período. O Comitê destaca os indicadores apresentados no reporte dos auditores em relação à segurança cibernética, demonstrando que os mesmos estão em linha com o *Framework* Internacional.

Os auditores internos, em sua comunicação à governança do Banco, manifestaram ser independentes em relação à Administração do Banco BS2.

(IV) Auditoria Independente

O Comitê reuniu-se regularmente em algumas ocasiões com os auditores independentes PWC, com objetivo de acompanhar os trabalhos por eles realizados, relativos ao exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022.

Nessas reuniões destacar os seguintes temas: o planejamento de auditoria para o exercício de 2022, discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2022, as práticas contábeis adotadas pelo Banco e o direcionamento dos principais assuntos de auditoria (PAA's) que serão destacados no Relatório dos Auditores Independentes.

Os auditores se manifestaram sobre suas independências e que não houve nenhuma atividade durante o primeiro semestre de 2022 que pudesse afetá-la em relação ao Banco BS2.

Manifestaram, também, sobre a inexistência de ajustes às demonstrações financeiras ou deficiência significativa sobre os controles internos existentes.

(V) Demais atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Banco, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) acompanhamento de temas relacionados a conduta e atendimento de clientes, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; e (iii) oportunidades fiscais, acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista, cível.

(VI) Conclusão

Com base nas informações obtidas por meio de reuniões com a Administração do Banco BS2, auditores independentes e internos, o Comitê de Auditoria manifesta que a modelagem utilizada pelas áreas de controles internos, Compliance e demais atividades de governança do Banco estão em linha com as melhores práticas de mercado.

(VII) Demonstrações Financeiras

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que as Demonstrações Financeiras Individuais auditadas pela PWC, relativas ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022, estão aptas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco BS2.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2022.

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê de Auditoria

Marcos Grodetzky
Membro do Comitê de Auditoria

Antônio de Pádua Soares Pelicarmo
Membro Especialista do Comitê de Auditoria